

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n<sup>o</sup> 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

**Singularidades das carreiras docentes universitárias  
na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário**

**Singularities of professors' academic careers  
at the 1<sup>st</sup> Faculty of Arts of Porto: between allegories and infamies in its centenary**

**Singularités des carrières universitaires des professeurs à la  
1<sup>re</sup> Faculté des Lettres de Porto: entre allégories et infamies dans son centenaire**

**Singularidades de las carreras docentes universitarias  
en la 1<sup>a</sup> Facultad de Letras de Porto: entre alegorías e infamias en su centenario**

Francisco Miguel Araújo  
(FLUP-CITCEM-IHC)  
frmi.araujo@gmail.com

**Resumo:** Evocando a 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto (1919-1931) intenta-se uma abordagem crítica a um dos temas fraturantes da sua história institucional: as carreiras académicas dos seus professores. Passados cem anos e com nomes que se assumiram como figuras de referência na cultura e ciência portuguesas, os seus trajetos profissionais foram amplamente censurados pelos procedimentos adotados, influenciando para uma identidade e imagem da escola perniciosas. Um contexto revelador das políticas educativas e ingerências exógenas no sistema educativo do ensino superior na 1.<sup>a</sup> República, que espelham a particular complexidade da inserção das ciências sociais e humanas na Universidade do Porto.

**Palavras-chave:** Faculdade de Letras do Porto, Ensino universitário, 1.<sup>a</sup> República Portuguesa, História da Educação

**Abstract:** Recalling the 1<sup>st</sup> Faculty of Arts of Porto (1919-1931), we aim at presenting a critical approach on one of its controversial themes: the academic career paths of its professors. Even though some of them became established names in Portuguese culture and science, often their professional trajectories were widely criticised for procedures taken, an aspect, which led to a negative image of the wider institution. This is somehow illustrative of the educational policies and external interference in national higher education during the 1<sup>st</sup> Republic (1910-1926), revealing the particular challenges and complexity of integrating social and human sciences' teaching at the University of Porto

**Keywords:** Faculty of Arts of Porto, Higher Education, 1<sup>st</sup> Portuguese Republic, History of Education

**Résumé:** Rappeler la 1<sup>re</sup> Faculté des Lettres de Porto (1919-1931) une approche critique est soulignée dans un thème controversé: la carrière académique de ses enseignants. Dans son centenaire et avec des noms qui sont devenus figures emblématiques de la culture et de la science portugaise, leurs professionnelles trajectoires ont été censurées par les procédures adoptées, influençant une identité et l'image pernicieuse pour l'école. Un révélateur contexte des politiques éducatives et d'interférences externes sur les études supérieures dans la 1<sup>re</sup> République (1910-1926), ainsi que de la complexité de l'inclusion des sciences sociales et humaines à l'Université de Porto.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n<sup>o</sup> 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

**Mots Clés:** Faculté des Lettres de Porto, Études supérieures, 1re République portugaise, Histoire de l'éducation

**Resumen:** Evocando la 1.<sup>a</sup> Facultad de Letras de Oporto (1919-1931) se destaca un enfoque crítico acerca de un polémico tema de su historia institucional: las carreras académicas de sus profesores. Celebrando su centenario y con nombres que se convirtieron en referencias de la cultura y la ciencia portuguesas, sus trayectorias profesionales fueron criticadas por los procedimientos tomados, influyendo en una identidad e imagen de la escuela bastante perniciosas. Un contexto revelador de las políticas educativas y influencias externas en la enseñanza superior en la 1.<sup>a</sup> República (1910-1926), manifestando la compleja integración de las ciencias sociales y humanas en la Universidad de Porto.

**Palabras clave:** Facultad de Letras de Porto, Enseñanza superior, 1.<sup>a</sup> República portuguesa, Historia de la educación

### 1. Confronto entre as percepções sobre a 1.<sup>a</sup> FLUP: nota introdutória

Mas... *há males que vêm por bem!* Sejam louvados os inimigos da Faculdade, mais do que os amigos... do diabo que à nascença lhe comprometeram a existência! Foram eles o júri do singular concurso a que nos submetemos, aqueles que mais vivíamos no religioso respeito das responsabilidades assumidas. E houve, porventura, alguma vez em Portugal, concurso assim longo e difícil – longo de onze anos! – perante um júri de tal modo exigente e hostil? (Cidade, 1962: 37)

Seis anos decorridos sobre o encerramento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) em 1931, um dos seus antigos professores Hernâni Cidade, já catedrático na congénere de Lisboa, assinava o artigo supra, sob este curioso título: *O singular concurso dos professores da extinta Faculdade de Letras do Pôrto*<sup>1</sup>. Sem pudor não hesitava em exorcizar o menosprezo face a essa primeira incursão pela carreira docente universitária, ainda sentido por si e pelos seus demais colegas, contestando que as muitas debilidades burocráticas apontadas em pouco aviltavam o alto legado intelectual e científico por eles alcançado.

Acreditava então Hernâni Cidade que a pertinência da sua apreciação ganhara uma certa solidez nessa breve passagem do tempo e na gradual asserção cultural de vários dos seus licenciados, como Delfim Santos, Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Armando

---

<sup>1</sup> Pela análise hermenêutica do artigo em questão, Hernâni Cidade data a sua escrita em março de 1937, a propósito das comemorações do 1.<sup>o</sup> centenário da Academia Politécnica do Porto. Até ao presente não foi ainda possível averiguar a sua inclusão em alguma das publicações comemorativas então lançadas, ou mesmo posteriormente noutros periódicos nacionais, até ao seu surgimento neste número especial do *Pôrto Académico* pelo cinquentenário da U. Porto e do seu Orfeão Universitário. Atente-se que nesta época, o professor e ensaísta fora já constringido a atenuar a sua conduta política e cívica em favor da causa republicana, após a suspensão do *Diário Liberal: jornal republicano da manhã* (1934) do qual era membro do conselho diretivo e a intenção ministerial revogada de o demitir do funcionalismo público (1935).

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n<sup>o</sup> 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

de Lacerda, entre outros – “durante os quais alguns valores definitivamente se impuseram - e apaixonadas animosidades puderam apaziguar-se” –; todavia, ciente de que a sua restauração estaria de todo comprometida no quadro do ensino universitário do Estado Novo. Pois, para muitos, a sua conotação ideológica à deposta 1.<sup>a</sup> República tinham sido a causa da sua perdição, entre as ambiguidades da sua fundação em 1919 e a ordem de extinção em 1928, num quadro de afirmação do autoritarismo em Portugal, mantendo-se como o principal entrave ao seu reaparecimento na Universidade do Porto (U. Porto).

No discurso historiográfico coevo e subsequente, esta alegoria de perdição política consubstanciou-se como um atributo preponderante na análise da história institucional daquela que ficaria conhecida como a 1.<sup>a</sup> FLUP (Peres, 1954; Santos, 1990 ou Baptista, 2012), face a um conjunto de outros motivos invocados como os económicos, institucionais, pedagógicos ou científicos. Mas, à luz de estudos mais recentes, estes constrangimentos desempenharam um efeito igualmente nefasto, por vezes suplantando essa mera dimensão politizada de uma escola que se assumia como republicana na democratização e inovação das ciências sociais e humanas, para a construção de uma imagem pública pouco abonatória também em moldes académicos que puseram em causa a sua própria missão educativa (Homem, 1991; Araújo, 2008; Alves, 2012 ou Alves & Araújo, 2014).

Nomeadamente, o de uma certa dissimulação desse “singular concurso dos professores” face aos contributos pedagógicos e culturais dos mesmos, aliás justamente fidedignos na análise da maioria do seu conjunto, cujo tom apologético não olvida toda uma arbitrariedade e endogamia político-académica, extremamente críticas, no acesso e prossecução dessas carreiras académicas. Pois, considerando o devir histórico, foi uma questão de professores que esteve na sua génese, foi depois o melindroso processo de constituição do seu corpo docente que resultou num dos seus principais temas fraturantes; sustentando as acusações de ingerência política e de transgressão dos cânones universitários ao longo das décadas seguintes.

Precisamente, será esta tese que se aqui procura explorar no âmbito deste cenário, completando os estudos prosopográficos destes professores (Ramos, 2011 ou Araújo, 2015), e com recurso a factos inéditos da atividade legislativa da 1.<sup>a</sup> República constantes em *Diários do Governo*, aferir como esses processos do seu recrutamento e ascensão ao

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n<sup>o</sup> 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

topo da carreira no magistério universitário contribuíram para a vulnerabilidade da sua identidade e imagem institucional. E, em sentido colateral, como o seu legado académico, cultural e científico influíram no espaço e evolução reservado à(s) Faculdade(s) de Letras no contexto educacional da U. Porto no século XX.

## 2. Das polémicas em torno da fundação da 1.<sup>a</sup> FLUP (1919)

Lembremos as condições em que a Faculdade foi criada e a dose de irrefletida improvisação com que se transplantou do *Diário do Governo* para o cantinho emprestado do edifício da Faculdade de Ciências do Porto. Dir-se-ia que o executor da lei era inconscientemente levado pelos Fados adversos a ser o *executor* da Faculdade... (Cidade, 1962: 37)

Desde a sua génese e institucionalização e durante toda a sua existência legal, a 1.<sup>a</sup> FLUP encontrava-se irremediavelmente associada à figura de Leonardo Coimbra (Fava, 2008), seu executor primordial enquanto ministro, nomeado depois primeiro professor efetivo e diretor de uma escola nascida envolta em muitas polémicas, das quais nem sempre se soube defender convenientemente. Recorde-se, sucintamente, que o primeiro semestre desse ano de 1919 terá sido um dos mais delicados para a 1.<sup>a</sup> República – após o fim da Grande Guerra e o assassinato de Sidónio Pais no ano transato – entre os muitos movimentos revolucionários de frações democráticas e monárquicas com que despontara, dos quais o mais simbólico foi o “Reino da Traulitânia”<sup>2</sup>.

Na senda da purga política a várias instituições públicas pelo governo de José Relvas, o ministério da Instrução Pública, então liderado por Domingos Leite Pereira promoveu uma sindicância contra alguns professores da Universidade de Coimbra, suspensos previamente por atos de cumplicidade com a insurreição monárquica e de hostilidade contra o regime. Embora tal contenda não fosse de todo inédita entre estas autoridades governativas e académicas, em parte motivado pela quebra do monopólio secular do ensino universitário em 1911, por outro de um crescente antagonismo face ao

---

<sup>2</sup> Última grande tentativa de restauração da monarquia com projeção nacional do séc. XX, igualmente designada de “Monarquia do Norte” por ter tido o seu epicentro na cidade do Porto, cidade onde se instalou a Junta Governativa do Reino, liderada por Paiva Couceiro. Ao longo de escassos 25 dias, entre 19.01 e 13.02.1919, os revolucionários promulgaram uma série de medidas para destituir a República, instigando-se as campanhas de perseguição e de violência contra os elementos republicanos.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

pretensso conservadorismo e escolasticismo do seu ensino, a “Questão Académica” acabaria gorada com a reabilitação de todos os delatados (Carvalho, 2015).

Paradoxalmente, um mês antes da divulgação oficial desse relatório pelo juiz Vieira Lisboa, já o ministro cessante assumira a presidência de um novo ministério, dominado por correligionários democráticos, tendo sido substituído na anterior pasta por Leonardo Coimbra<sup>3</sup>. Cinco dias antes da sua publicação em *Diário do Governo*, este decretava a reorganização do ensino das Ciências Filosóficas nas Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra – *Decreto n.º 5 491*<sup>4</sup> – prevendo o alargamento do seu quadro docente a dois novos professores ordinários<sup>5</sup> e um assistente.

Se a intenção elementar que a presidia era de enaltecer pelos meios académicos, no impulso que acarretaria para a modernização desse ramo do ensino (Baptista, 2010), não obstante a mesma nunca se ter materializado<sup>6</sup>, a forma legal para o provimento das novas vagas era assaz questionável, no estipulado pelo parágrafo único do artigo 2.º, possibilitando um eventual aproveitamento político:

O primeiro provimento definitivo das vagas que fiquem existindo no quadro dos professores deste grupo poderá ser feito nos termos do artigo 55.º do decreto com força de lei n.º 4 554, de 6 de Julho de 1918, ou livremente pelo Governo, devendo

---

<sup>3</sup> Leonardo José Coimbra, após frequência da Universidade de Coimbra, da Escola Naval, da Academia Politécnica do Porto e da Escola Politécnica de Lisboa, acabaria por se diplomar no Curso Superior de Letras para o magistério liceal. Entre 1910 e 1918 prestou serviço em vários liceus do Porto e da Póvoa de Varzim, até à colocação no Liceu Central de Gil Vicente em Lisboa, no ano letivo de 1918-1919, obtendo permuta para regressar ao Liceu Sampaio Bruno, primeiro liceu feminino da Invicta, quatro dias antes da sua nomeação oficial para a 1.<sup>a</sup> FLUP.

<sup>4</sup> “Decreto n.º 5 491, de 02.05.1919”, *Diário do Governo*, I série, n.º 91.

<sup>5</sup> Nomenclatura adotada desde a “Constituição Universitária de 1911” para o topo da carreira docente nas três Universidades portuguesas, depois reformulada para a de professor catedrático pelo “Estatuto da Instrução Universitária de 1926”.

<sup>6</sup> As Faculdades de Letras na Universidade em Portugal foram uma das criações originais da “Constituição Universitária de 1911”, ainda que na prática tenham assumido o território educativo antes ocupado pela Faculdade de Teologia de Coimbra e o Curso Superior de Letras em Lisboa. Esta reforma do ensino de Filosofia nunca chegou a substituir estes planos curriculares originais, tendo-se embargado a publicação do novo plano oficial de estudos, previsto para o ano letivo de 1919-1920. Com a reforma orgânica destas instituições, em 1926, as Ciências Filosóficas apenas mantêm a autonomia para efeitos de doutoramento, sendo acoplada às Ciências Históricas para o grau da licenciatura até à reforma orgânica de 1957.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n<sup>o</sup> 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

neste caso as nomeações recair em pessoas de reconhecida competência científica<sup>7</sup>.

Este arrogar do direito de livre escolha política viria a reacender as animosidades dos meios universitários, subterfúgio aqui utilizado de forma deliberada ou não, por oposição ao procedimento extraordinário de convites a personalidades categorizadas, com dispensa de provas públicas, como era costume por parte dos próprios estabelecimentos universitários.

Deste modo, três dias decorridos desse diploma, por despacho do ministro da Instrução Pública eram designados para ocupar os referidos lugares em Coimbra, Francisco Newton de Macedo<sup>8</sup> e Lúcio Pinheiro dos Santos<sup>9</sup>, e na capital, Amadeu de Almeida Rocha<sup>10</sup> e Manuel de Sousa Coutinho<sup>11</sup>, todos eles seus colegas no Liceu Central de Gil Vicente em Lisboa (Magalhães, 2012).

Antecipando os efeitos paralelos da nomeação governamental destes professores ordinários sem uma audiência prévia aos seus conselhos escolares, de resto juridicamente

---

<sup>7</sup> O citado artigo 55.º do “Estatuto Universitário de 1918” dispunha que aos estabelecimentos universitários assistia o direito de propor ao Governo a nomeação de professores ordinários, por propostas justificadas e fundamentadas em trabalhos de investigação original, entre personalidades eminentes nas Letras ou nas Ciências, em votação por maioria dos conselhos escolares proponentes.

<sup>8</sup> Francisco Romano Newton de Macedo, bacharel em Ciências Filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa (1915) e curso de habilitação ao magistério liceal pela Escola Normal Superior anexa (1917), prestava serviço como professor de Filosofia no Liceu Central de Gil Vicente. Depois desta nomeação para a Universidade de Coimbra, será ainda indicado para reitor do Liceu Central de Fialho de Almeida – Évora (maio de 1919) e de professor efetivo do Liceu de Martins Sarmento – Guimarães (junho) e do Liceu Central Rodrigues de Freitas (em comissão de serviço, desde outubro do mesmo).

<sup>9</sup> Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos, ainda estudante de Matemática e Física na Escola Politécnica de Lisboa, aí se cruza com Francisco Pulido Valente, seu futuro cunhado, e Leonardo Coimbra nos anos finais da Monarquia. Bacharel, aparentemente já pela recém-elevada Faculdade de Ciências de Lisboa, entre 1912 e 1914, beneficiou de uma bolsa de estudo para especialização na primeira dessas áreas científicas na Bélgica e França, interrompida com a eclosão da contenda mundial. De regresso a Portugal, foi colocado como professor nos liceus lisboetas de Passos Manuel e Gil Vicente, lugar do qual pede dispensa temporária para voluntariamente, por motivos de um relacionamento amoroso malquisto, se exilar no Brasil entre 1917 até meados de 1919.

<sup>10</sup> Amadeu de Almeida Rocha (desc.), doutorado em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina de Lisboa, acumularia a carreira de clínico com a de médico escolar no liceu lisboeta de Passos Manuel, sendo transferido para o de Gil Vicente com a autonomização da sua secção de S. Vicente, em 1914.

<sup>11</sup> Manuel de Sousa Coutinho Júnior (desc.), iniciou o curso universitário em Coimbra (1910-1913) o qual terá concluído na Faculdade de Ciências de Lisboa, tendo sido colocado como professor liceal no Gil Vicente, do qual seria demitido pelo famigerado decreto-lei n.º 25 317, de 13.05.1935.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

descartada à partida, a par da afronta da elevação de professores liceais sobre os assistentes universitários em exercício<sup>12</sup>; Leonardo Coimbra irá agudizar a celeuma para um outro nível com a tentativa de extinção da Faculdade de Letras de Coimbra – *Decreto n.º 5 770*<sup>13</sup> – a transferir para a U. Porto em troca pela criação de uma Faculdade Técnica e Escola de Belas Artes. Tudo isto precedendo o anúncio da representação oficial pelo respetivo conselho escolar, reunido somente passados quatro dias, às quais irá acrescer censuras por afrontas aos novos professores, desrespeito pelas instruções governamentais e instigação da insurreição estudantil contra o reitor Coelho de Carvalho<sup>14</sup> (Torgal, 2011).

Entre razões de índole cultural, social e pedagógica, argumentando que as Faculdades de Letras se destinavam à formação de professores do ensino secundário, pouco conveniente com uma “quase completa orientação tomista de forma escolástica”, os seus professores eram colocados na disponibilidade para outros serviços e restritos os pedidos de transferência para a nova escola portuense.

Um meio muito mais fértil e inovador através da ação desenvolvida pelo movimento da “Renascença Portuguesa”, matizado pela revista *A Águia* e as “Universidades Populares”, onde o ministro Leonardo Coimbra irrompia como figura fundadora e catalisadora (Santos, 1990). Para as vozes mais críticas, o processo fora esboçado como cumprimento da sua ambição pessoal frustrada, após ter desistido das provas públicas para assistente de Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1912, pela fraca receção da sua teoria metafísica crítica do *Criacionismo*.

Amplamente refutada por todos os meios universitários nacionais, incluindo o da própria U. Porto que mostrava algum incómodo na fundação de uma escola há muito

---

<sup>12</sup> No caso da Faculdade de Letras de Coimbra, ao abrigo desse decreto n.º 5 491, tinha sido já solicitada a nomeação de Joaquim de Carvalho (1892-1952) a professor ordinário desse 6.º grupo, bacharel em Direito (1914) e Filosofia (1915), da qual foi contratado para assistente desde 1916 e nela defendido a tese de doutoramento (1917). Contudo, por o reitor interino não ter submetido idêntica proposta para o presbítero Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), assistente do 4.º grupo - História, recusou-se categoricamente a aceitar a sua ratificação em gesto solidário com o menosprezado colega e o conselho escolar.

<sup>13</sup> “Decreto n.º 5 770, de 10.05.1919”, *Diário do Governo*, I série, n.º 98.

<sup>14</sup> Joaquim José Coelho de Carvalho (1855-1934), bacharel em Direito (1879) e presidente da Academia de Ciências de Lisboa, fora chamado a assumir interinamente o cargo de reitor durante a “Questão Académica”. Pelo ministério de Leonardo Coimbra será nomeado reitor da Universidade de Coimbra, no qual resiste por pouco tempo perante a queda do governo e a forte oposição da academia, ainda hoje sendo o único cujo retrato não consta da respetiva galeria de reitores.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

requisitada, a greve académica que levou ao fecho antecipado do ano escolar contribuiu para a queda do governo no poder, em finais do mês de junho.

Sem revogar toda a obra legislativa promulgada, o ministério que lhe seguiu decidiu-se por uma solução de compromisso – *Lei n.º 861*<sup>15</sup> – que saneasse o problema universitário ao fundar a Faculdade de Letras do Porto, em conformidade com o modelo organizacional das congéneres de Coimbra e de Lisboa. A resolução transversal do seu artigo 3.º, no entanto, aludia a um pertinente pressuposto garantindo o seu imediato funcionamento:

O Governo poderá contratar, quer no país quer no estrangeiro, para a lecionação das cadeiras professadas das Universidades, individualidades de reconhecido mérito científico, sob proposta dos reitores e depois de ouvidas as respetivas Faculdades ou Escolas.

§ único. Os professores contratados e que sejam nacionais, quando tenham professado pelo menos dois anos, poderão ser nomeados professores ordinários, sob proposta do reitor, com voto favorável e nominal da maioria do Conselho da Faculdade respetiva e com prévio conhecimento dum relatório elaborado pela competente secção sobre os seus méritos.

### **3. A original constituição de um corpo docente do quadro (1919-1923)**

Ocorreria igualmente a ideia de dotar o estado republicano com um órgão de alta cultura mais adequado à sua índole ideológica? Sem dúvida que ela não foi estranha a tal criação. Mas bastará lembrar os nomes dos mestres que ali professaram e a doutrina dos livros que ali foram elaborados, para se reconhecer que se não traiu o espírito de tolerância e liberdade crítica que em toda a parte, com exceção dos estados totalitários, se entende dever inspirar a atividade científica e docente. (Cidade, 1962: 37)

Pelo disposto no *Decreto n.º 6 087*<sup>16</sup>, a 1.<sup>a</sup> República determinava a abertura do 1.º ano dos cursos da Faculdade de Letras do Porto, nesse corrente ano letivo de 1919-1920, procurando completar-se o seu quadro docente com a contratação de professores portugueses para os grupos de ensino e de estrangeiros para os cursos práticos de língua. Neste contexto, a Reitoria da U. Porto será autorizada a assinar os contratos para nove professores: Urbano Canuto Soares e Fernando de Macedo Lopes (Filologia Clássica), António Luís Gomes filho, Hernâni Cidade e José Teixeira Rego (Filologia Românica),

<sup>15</sup> “Lei n.º 861, de 27.08.1919”, *Diário do Governo*, I série, n.º 171.

<sup>16</sup> “Decreto n.º 6 087, de 09.09.1919”, *Diário do Governo*, I série, n.º 181.



Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

Luís Pires Cardim (Filologia Germânica), Augusto Ferreira Nobre, Damião Peres e Francisco Homem Cristo (História), António Mendes Correia (Geografia) e Vasco Nogueira de Oliveira (Filosofia).

Na imprensa periódica, logo, ergueram-se suspeições de favorecimentos pessoais a nortear tais contratações, quer fosse pela elevação de professores liceais do Gil Vicente, quer pela ligação familiar e/ou fraterna de outros com políticos de peso da 1.<sup>a</sup> República (quadro 1). Unicamente dois nomes passavam relativamente incólumes, o de Mendes Correia e de Damião Peres, com provas públicas para assistentes prestadas nas Faculdades de Ciências do Porto e na de Letras de Lisboa, respetivamente; enquanto Macedo Lopes<sup>17</sup> e Vasco de Oliveira<sup>18</sup> sem justificação oficial, ambos formados pela Universidade de Coimbra, não chegaram a tomar o lugar no magistério.

Graças a esta última desistência, na primeira sessão do conselho escolar em 29.10.1919, o grupo de Filosofia avançaria com a proposta de Leonardo Coimbra para essa vaga, juntando-se a Newton de Macedo e Lúcio dos Santos transferidos da instituição conimbricense<sup>19</sup>, mau grado nela nunca terem efetivamente intervindo.

No entanto, em abono do candidato e da elogiosa apreciação da sua obra filosófica inédita em torno do pensamento criacionista, a nomeação seria antes para a categoria de professor ordinário, regulamentado pelo citado artigo 55.º e prontamente ratificada pelo ministro Joaquim José Oliveira<sup>20</sup>. A secundar esta entrada no magistério universitário, por conveniência urgente de serviço, o reitor Augusto Pereira Nobre<sup>21</sup> apresentava a

---

<sup>17</sup> Fernando de Macedo Lopes (1890-1945), bacharel em Direito (1912), preteriu este lugar pelo de secretário-geral da U. Porto, para o qual foi nomeado no ano seguinte e em que perseverou até ao falecimento.

<sup>18</sup> Vasco Nogueira de Oliveira (1881-1958), bacharel em Medicina (1905) e vereador na Câmara Municipal do Porto durante a 1.<sup>a</sup> República, genro do velho republicano Dr. Augusto Alves da Veiga.

<sup>19</sup> “Decreto de 18.10.1919”, *Diário do Governo*, II série, n.º 247.

<sup>20</sup> “Decreto de 05.11.1919”, *Diário do Governo*, II série, n.º 270.

<sup>21</sup> Augusto Pereira Nobre (1865-1946), naturalista adjunto de Zoologia na Academia Politécnica do Porto, com a sua transfiguração em Faculdade de Ciências, e após ter cumprido os exames finais para bacharel em Ciências Histórico-Naturais (1912), ocuparia a cátedra dessa cadeira até à jubilação (1915-1935). Foi reitor da U. Porto (1919-1926) e ministro da Instrução Pública em três governos (1920, 1920-1921 e 1922). Irmão do poeta António Nobre, era igualmente familiar de Leonardo Coimbra pelo casamento deste com uma sua parente.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n<sup>o</sup> 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

petição para que Leonardo Coimbra fosse também nomeado diretor da Faculdade de Letras do Porto<sup>22</sup>.

Isto a despeito de uma advertência generalista de Mendes Correia nessa reunião inaugural sob os princípios deontológicos que se deveriam ter em conta, a propósito da contratação de Pires Cardim, que passado este período transitório excecional teriam de ser observados, como o Senado Universitário do Porto regularmente irá recordando (Araújo, 2015):

Estas admissões deviam ser sempre condicionadas por concurso, com tirocínio de assistência pedagógica, nos termos do Estatuto Universitário, pelo que só excecionalmente e referidas a pessoas de singular competência, se poderiam processar as admissões do pessoal docente. Embora não conhecesse o candidato, confiava na escolha feita pelo Senhor Diretor e, na indispensabilidade do contrato, para o bom funcionamento da Faculdade. (Pina, 1966: 81)

Conselhos que nunca foram devidamente acautelados pela direção e o conselho escolar da 1.<sup>a</sup> FLUP, salvaguardados pelas cláusulas legais em vigor até ao golpe político de 1926, insistindo-se no rápido preenchimento das vagas por professores contratados – “frente a toda a campanha que por este motivo se levantou nos meios académicos” (Pina, 1966: 99) – de Ângelo Pinto Ribeiro para Filologia Germânica (1921) e de Francisco Torrinha em Filologia Clássica (1923), este com uma tímida oposição por parte de Canuto Soares (Araújo, 2017).

No fim, o recurso aos convites foi também o empregue no provimento dos futuros assistentes<sup>23</sup>, sempre interinos em contratos anuais que eximiam o aval governamental nas reconduções, transitando de uma primeira fase de figuras de confiança do corpo docente para a seleção dos melhores licenciados da instituição a partir de 1923.

<sup>22</sup> “Decreto de 19.11.1919”, *Diário do Governo*, II série, n.º 272.

<sup>23</sup> Os quatro assistentes em exercício na 1.<sup>a</sup> FLUP – Artur de Magalhães Basto (1922-1931), José de Bragança (1923-1925), Humberto Pinto de Lima (1925-1929) e Torquato de Sousa Soares (1926-1930) foram todos propostos pelos professores das respetivas secções, contrariando as recomendações da Reitoria e Senado Universitário do Porto, nunca lhes tendo sido facultada abertura de concursos para os referidos lugares do quadro.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.ª Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

**Quadro I**  
**Reconstituição prosopográfica dos professores ordinários da 1.ª FLUP (1919-1931),**  
**de acordo com a sua entrada em exercício na carreira docente universitária**

Docente	Habilitação Académica	Situação Profissional	Grupo de ensino	Categoria profissional		Nomeação	Grau de Doutor (institucional)	Ligações prévias		
				Contratado	Efetivo			LCGV	RP	Outras
Francisco Newton de Macedo [1894-1944]	Bacharel [FLUL]	Professor [FLUC]	6.º Filosofia	*	1919	Decreto governamental	02.12.1925	Sim	Sim	[Transferência]
Lúcio Pinheiro dos Santos [1889-1950]	Bacharel [FCUL]	Professor [FLUC]	6.º Filosofia	*	1919	Decreto governamental	*	Sim	*	[Transferência]
Damião Peres [1889-1976]	Diplomado [CSL]	Professor [EPSL]	4.º História	1919	1921	Júri académico extraordinário	12.02.1926	Sim	*	*
António Mendes Corrêa [1888-1960]	Diplomado [EMCP]	Professor [FCUP]	5.º Geografia	1919	1921	Júri académico extraordinário	02.12.1925	*	Sim	*
Urbano Canuto Soares [1894-1965]	Bacharel [FLUL]	Professor [estagiário]	1.º Filologia Clássica	1919	1921	Júri académico extraordinário	23.10.1926	[?]	Sim	*
Leonardo Coimbra [1883-1936]	Diplomado [CSL]	Professor [LFSB]	6.º Filosofia	*	1919	Conselho Escolar 1.ª FLUP	24.08.1921	Sim	Sim	Antigo ministro
Luís Pires Cardim [1879-1958]	Diplomado [EPL]	Professor [LCGV]	3.º Filologia Germânica	1919	1921	Júri académico extraordinário	19.04.1926	Sim	Sim	*
Hernâni Cidade [1887-1975]	Diplomado [CSL]	Professor [LCFRL]	2.º Filologia Românica	1919	1921	Júri académico extraordinário	19.04.1926	*	*	*
Francisco Homem Cristo [1860-1943]	Diplomado [AM]	Jornalista	4.º História	1919	1921	Conselho Escolar 1.ª FLUP	*	*	*	Deputado
António Luís Gomes (filho) [1898-1981]	Bacharel [FDUL]	{Recém-licenciado}	2.º Filologia Românica	1919	1921	Conselho Escolar 1.ª FLUP	*	*	*	Filho do Dr. A. Luís Gomes
Augusto Ferreira Nobre [1896-1930]	Diplomado [FMUP]	Naturalista [FCUP]	4.º História	1919	1921	Conselho Escolar 1.ª FLUP	23.10.1926	*	*	Filho do Dr. Augusto Nobre
José Teixeira Rego [1881-1934]	[Estudos liceais]	Professor [EPSM]	2.º Filologia Românica	1919	1921	Conselho Escolar 1.ª FLUP	12.02.1926	*	Sim	*
Aarão de Lacerda [1891-1947]	Bacharel [FDUC]	Professor [EBAP]	Cadeira anexa de Estética e História da Arte	*	1921	Conselho Escolar 1.ª FLUP	19.04.1926	*	Sim	Filho do Dr. Aarão de Lacerda
Ângelo Pinto Ribeiro [1886-1936]	Bacharel [FLUL]	Professor [ENPC]	3.º Filologia Germânica	1921	1923	Conselho Escolar 1.ª FLUP	19.04.1926	Sim	Sim	*
Francisco Torrinha [1879-1955]	Bacharel [FTUC]	Professor [LCRF]	1.º Filologia Clássica	1923	1925	Conselho Escolar 1.ª FLUP	19.04.1926	*	Sim	*

**Siglas:** AML : Academia Militar – Lisboa | CSL : Curso Superior de Letras – Lisboa | EBAP : Escola de Belas Artes do Porto | EMCP : Escola Médico-Cirúrgica do Porto | ENPC : Escola Normal Primária de Coimbra | EPL : Escola Politécnica de Lisboa | EPSL : Escola Primária Superior de Lisboa | EPSM : Escola Primária Superior de Matosinhos | FCUL : Faculdade de Ciências de Lisboa | FCUP : Faculdade de Ciências do Porto | FDUC : Faculdade de Direito de Coimbra | FDUL : Faculdade de Direito de Lisboa | FLUC : Faculdade de Letras de Coimbra | FMUP : Faculdade de Medicina do Porto | FTUC : Faculdade de Teologia de Coimbra | LCFRL : Liceu Central Francisco Rodrigues Lobo - Leiria | LCGV : Liceu Central de Gil Vicente – Lisboa | LCRF : Liceu Central Rodrigues de Freitas – Porto | LFSB : Liceu Feminino Sampaio Bruno – Porto | RP : Renascença Portuguesa.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

Quanto à cadeira anexa de Estética e História da Arte, preconizado um lugar de professor ordinário em exclusivo, por força de lei, a escolha de Aarão Soeiro de Lacerda foi plenamente aceite pela Direção Geral do Ensino Superior em 1921<sup>24</sup>. Os proponentes Leonardo Coimbra e Damião Peres elogiaram a produção científica nesse domínio científico do candidato, reputado académico do Conselho de Arte e Arqueologia da 3.<sup>a</sup> circunscrição, que aliás regia as cadeiras similares na Escola de Belas Artes do Porto, por convite de Joaquim de Vasconcelos. Assim, saneando-se a postura crítica e pró-conimbricense do novo elemento, aquando do capítulo das Faculdades de Letras em 1919 contra o primeiro proponente, que aí declinava idêntica oferta em prol da escola portuense.

#### **4. Evolução e corolário das carreiras dos professores ordinários (1921-1925)**

Os que não formam sobre os homens e as coisas outros conceitos que não sejam os transmitidos em bruto pela evidência espetaculosa, com bonecos nos jornais, calam as suas exigências de decoro catedrático perante esse incidente, que, todavia, tão pouco acrescenta às nossas biografias intelectuais – e bem lamentaríamos fosse a verba mais notável do nosso *curriculum vitae*... (Cidade, 1962: 37)

No final do ano letivo de 1920-1921, cumpridos que estavam os dois anos de exercício em funções, urgia resolver a situação dos professores contratados para a 1.<sup>a</sup> FLUP: invocar o parágrafo único do artigo 3.º da Lei n.º 861 para a sua efetivação como professores ordinários ou aquiescer na sua dispensa e eventual recrutamento entre a comunidade universitária nacional? Ora, a segunda das opções tornava-se inviável pelos muitos constrangimentos para o funcionamento da sua vida escolar, incluindo os prazos para abertura de concurso público ou a permuta de posições, pelo que a primeira reunia em si todas as vantagens pragmáticas e iminentes, enquanto reforçava a construção endógena da sua imagem institucional no seio da U. Porto.

O único senão é que a proposta ao ministério da Instrução Pública pressupunha um conjunto de condições que não podiam ser satisfeitas legalmente – relatório apreciativo dos postulantes pelos professores de cada grupo de ensino e voto favorável e nominal da maioria do conselho escolar –, visto os primeiros serem todos contratados e

---

<sup>24</sup> “Decreto de 19.11.1921”, *Diário do Governo*, II série, n.º 302.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

só os três professores de Filosofia estarem providos como efetivos, uma minoria aditada com a ausência de Lúcio dos Santos. Como alternativa o reitor Augusto Nobre irá requerer às instâncias superiores a constituição de um júri académico externo, nomeado pelo governo entre professores ordinários da especialidade, para avaliação dos candidatos dos restantes cinco grupos de ensino, sob a condição de antiguidade em tempo de serviço ou de unicidade nas respetivas secções: Canuto Soares, Hernâni Cidade, Pires Cardim, Damião Peres e Mendes Correia.

Da Faculdades de Letras de Lisboa serão convocados a quase totalidade dos avaliadores para a sessão extraordinária de 27 de julho de 1921 – José Joaquim Nunes (Filologia Clássica), José Leite de Vasconcelos (Filologia Românica) e Manuel de Oliveira Ramos (História e Geografia) – apresentando-se Carolina Michaëlis de Vasconcelos (Filologia Germânica) da congénere conimbricense, há muito residente no Porto e com colaboração esporádica na “Renascença Portuguesa”. Os seus relatórios e as informações académico-profissionais pelo diretor Leonardo Coimbra, na sua generalidade, assumiam-se como lisonjeiras e destacavam as qualidades pedagógicas e científicas já conquistadas pelos cinco contratados, frisando uma margem de progressão evidente para firmarem os seus créditos no futuro. Porém, dado o seu carácter excecional, o ministro Ginestal Machado rogou a homologação das propostas pelo Senado Universitário do Porto, pelo que recebido parecer positivo promulgou então a nomeação dos referidos professores<sup>25</sup>.

Por ventura, estrategicamente equacionado entre as autoridades académicas, com esta legitimação do conselho escolar da 1.<sup>a</sup> FLUP pôde continuar-se os mesmos trâmites legais para os professores que aguardavam a efetivação, sendo proponentes os recém-nomeados professores ordinários dos grupos de Filologia Românica e de História. Consequentemente, António Luís Gomes, Teixeira Rego, Ferreira Nobre e Homem Cristo, mereceram o voto nominal e unânime para integrarem o quadro docente oficial logo em setembro<sup>26</sup>. Todavia, em exposições mais contidas da sua atividade docente, o que poderia desvalorizar as suspeições pelas suas habilitações literárias exíguas ou de

---

<sup>25</sup> “Decreto de 13.08.1921”, *Diário do Governo*, II série, n.º 192.

<sup>26</sup> “Decreto de 26.09.1921”, *Diário do Governo*, II série, n.º 227.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

benefício do filho do reitor da U. Porto, num pleito que ficou ironicamente descrito como “entrando assim pela janela em vez de entrarem pela porta!” (Araújo, 2015: 418-9).

Um tópicó fraturante que nunca caiu em esquecimento e ganhou nova projeção pública pelas mãos do último desses professores após se incompatibilizar com a maioria dos antigos colegas – a célebre “campanha Homem Cristo” (1923-1926) – no qual frontalmente explorou estas suscetibilidades nos meandros de acesso e elevação destas carreiras académicas: iniquidades políticas e familiares, nomeações governamentais, longos períodos de ausências, irregularidades administrativas e na avaliação dos alunos, etc. (Araújo, 2016). Vertentes em parte plenamente fundamentadas e documentadas nas páginas de *O de Aveiro*, ingenuamente até corroboradas na contrarresposta dos discípulos, que estarão na origem do pedido de demissão de António Luís Gomes, logo no verão de 1923.

Ecos exponenciados também pelas promoções derradeiras de Ângelo Pinto Ribeiro<sup>27</sup> e de Francisco Torrinha<sup>28</sup>, esta assombrada pela não comparência do proponente Urbano Canuto Soares na sessão escolar de 19 de dezembro de 1924, ambas por um refutável paradigma legal na ótica de J. M. Queiroz Veloso, também professor da Faculdade de Letras de Lisboa:

A proposta para nomeação do professor contratado do grupo de Filologia clássica, Francisco Forte de Faria Torrinha, para o lugar vago de professor efetivo do mesmo grupo, obedece às prescrições do § único do artigo 3.º da lei n.º 861. [...] Tinha esta Direção Geral [do Ensino Superior] a opinião de que o § único, acima citado, precisava de ser regulamentado para ser posto em execução; mas desde que o Parlamento aprovou uma moção declarando que essa regulamentação não era necessária, esta Direção só tem a informar que nada tem que opor à nomeação proposta.

Por seu lado, malquerenças que a 1.<sup>a</sup> FLUP procurou contrariar com um modelo de ensino heterodoxo ao ministrado nas restantes Faculdades de Letras, orientado em princípios basilares modernos como as pedagogias ativas e construtivistas ou as perspetivas metafísicas e antipositivistas. A par da aposta no progresso intelectual,

<sup>27</sup> “Decreto de 17.12.1923”, *Diário do Governo*, II série, n.º 295.

<sup>28</sup> “Decreto de 03.01.1925”, *Diário do Governo*, II série, n.º 16.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

cultural e científico dos professores ordinários em atividade, fossem elas dentro da instituição – cursos de extensão universitária, fundação do Instituto de Estudos Históricos (1923-c.1930) ou publicação das *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (1920-1923) e da *Revista de Estudos Históricos* (1924-1926) –, fossem de maturação pessoal pelo subsídio a missões de estudo no país e no estrangeiro e licenças sabáticas para investigações científicas concedidas pelas autoridades ministeriais.

Contudo, qualidades que à data não estariam ainda totalmente consolidadas junto dos meios universitários e culturais, voltando a ser posta em causa a sua proeminência no domínio das Letras portuguesas por um último gesto fortuito: a banal proposta do conselho escolar de atribuição do grau académico de doutor. Título regulamentado pelo artigo 96.º do “Estatuto Universitário de 1918” e sem nenhuma formalidade avaliativa, por originalmente ter sido prevista para personalidades eminentes pela sua erudição e professores ordinários com carreiras institucionais longevas. Inicialmente conferido a Leonardo Coimbra (1921) e Newton de Macedo e Mendes Correia (1925), no ano seguinte indiscriminadamente aos demais, à exceção dos retirados Lúcio dos Santos e Homem Cristo, com o avolumar dos boatos da extinção da mais jovem das faculdades na sequência da desagregação da 1.<sup>a</sup> República<sup>29</sup>.

O certo é que com a implementação do regime autoritário e a revisão das políticas educativas no sistema de ensino superior, nomeadamente pelo “Estatuto da Instrução Universitária de 1926”, estas prodigalidades normativas foram expurgadas e critérios mais rigorosos passaram a nortear o recrutamento deste pessoal docente. Se na 1.<sup>a</sup> FLUP o cenário não acometeu os direitos profissionais previamente validados, com a sua extinção oficial em 1928 – *Decreto n.º 15 365*<sup>30</sup> –, e subsequente encerramento gradual para conclusão dos planos de estudos das licenciaturas em 1931, estas carreiras académicas revestiam-se de uma mácula difícil de se ignorar na Universidade em Portugal.

---

<sup>29</sup> Note-se, contudo, que esta informação constante no *Livro dos Registos de Doutoramentos da Universidade do Porto* do Arquivo da U. Porto, reproduzida por Luís de Pina no seu artigo de 1966, diverge pontualmente no seu ordenamento cronológico, dado o seu assento caligráfico dependente da comunicação das decisões dos conselhos escolares aos serviços centrais da Reitoria.

<sup>30</sup> “Decreto n.º 15 365, de 12.04.1928”, *Diário do Governo*, I série, n.º 85.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n<sup>o</sup> 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

Só assim será plausível compreender que para a maioria deles o magistério universitário se tenha irremediavelmente perdido, colocados como adidos culturais com o regresso aos liceus ou em atividades no sector privado, salvo Mendes Correia em exclusivo na Faculdade de Ciências do Porto. Um ínfimo segmento será convidado para outros estabelecimentos: Torquato de Sousa Soares (1937) e Aarão de Lacerda (1945) na Faculdade de Letras de Coimbra ou Canuto Soares na Universidade de São Paulo (1938). Revelador foi o percurso de Damião Peres e Hernâni Cidade, transferidos como professores catedráticos em secções idênticas para as congéneres de Coimbra e Lisboa, respetivamente; coagidos a prestar uma desobrigada formalidade de um concurso para a legítima aprovação por esses conselhos escolares e senados universitários (1930).

##### **5. As implicações do “singular concurso dos professores” na história da(s) FLUP(s): considerações finais.**

Mas deixemos os erros de pormenor (apesar da utilidade de os lembrar), em história mais completa, para que nunca mais levemente mãos inábeis possam, na moldagem da realização, ferir de morte o que com alta e carinhosa visão o espírito concebeu... Se de passagem aludo a isto, é para evocar o ambiente de densa desconfiança, aqui e além irritada de viva hostilidade, em que a Faculdade desde o início foi envolvida. (Cidade, 1962: 37)

Na comemoração do centenário da(s) Faculdade(s) de Letras do Porto assume-se como pertinente esta revisão historiográfica sobre a primeira das suas instituições, focando outras dimensões que complementem essa mística de perdição política, tão acentuada nas reminiscências da sua primitiva comunidade académica. Aliás, uma sentença legal tão singular como foi o seu funcionamento, a mais recente das instituições em cada uma das três Universidades por Alfredo de Magalhães, simultaneamente ministro da Instrução Pública e reitor da U. Porto, que alegava razões de contenção financeira e depois irá contra ela protestar e lamentar a sua execução.

Por muito incontestável que seja a imagem de escola republicana da 1.<sup>a</sup> FLUP para a sua supressão, mais o seria a da Faculdade de Direito de Lisboa, a escola de Afonso Costa e de outros dirigentes republicanos, que granjeou a revogação do mesmo decreto logo em outubro de 1928. Outros motivos concorreram para o fim da escola portuense – a lacuna de uma imprescindível Escola Normal Superior, as escolhas dos edifícios



Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n<sup>o</sup> 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

escolares apartados do centro nevrálgico da U. Porto ou as anomalias na sua gestão administrativa e académica, como alguma da correspondência entre Agostinho da Silva e Delfim dos Santos deixa antever<sup>31</sup> – nunca inteiramente integrada na estrutura portuense por um ambiente *sui generis* de uma liberdade e intimidade entre mestres e alunos, que “o humorismo académico alcinhava de *cosméticos*, dado que o cosmos era a constante preocupação do pensador” (Vilaça, 1962: 25).

Justifica-se, portanto, uma parte do ceticismo das Faculdades de Ciências, de Medicina, de Engenharia e de Farmácia do Porto perante as conceções universitárias esgrimidas pela de Letras, mas, sobretudo, a perplexidade como se permitia que carreiras profissionais fossem alicerçadas em simples normativos legais contra a tradição académica. Convém recordar que, desde o ensino superior oitocentista da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, a prestação de provas públicas fora um requisito incontornável no acesso e promoção dos docentes, preservado pela academia na sua elevação a estabelecimentos universitários. Por muito que a lei consentisse em tais procedimentos burocráticos, muitas vezes formulados para beneficiar longas carreiras académicas e científicas, a liberalidade advogada para os docentes da 1.<sup>a</sup> FLUP extravasava quaisquer padrões éticos e deontológicos mínimos.

O conjunto de factos históricos aqui apresentados espelham de forma crítica uma das maiores fragilidades deste primeiro estabelecimento, que pelos códigos atuais claramente seriam rotulados de uma flagrante endogamia académica. Um recrutamento de professores contratados com dúbios laços entre si: os fraternos de Leonardo Coimbra com os companheiros no Liceu Gil Vicente ou na “Renascença Portuguesa”, numa rede informal em que se observa uma notória prevalência política entre correligionários do Partido Democrático; os familiares de Ferreira Nobre com ele e o reitor seu pai<sup>32</sup> ou os

---

<sup>31</sup> Um trabalho de organização e estudo epistolar que tem vindo a ser desenvolvido pelo Dr. Filipe Delfim Santos, ao qual se agradece a consulta preliminar antes da sua publicação futura.

<sup>32</sup> Falecido antes do fecho da escola e que Hernâni Cidade não deixa de admitir no mencionado artigo: “Lembre-mo-lo: um professor houve que bem pareceu dever a sua situação apenas às contingências da política – o malgrado Augusto Ferreira Nobre. Pois até esse encontrou no ambiente da Faculdade o imperativo que o levou a escrever o ensaio sobre o poeta seu tio — *António Nobre e as grandes correntes literárias do século XIX*”.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n<sup>o</sup> 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

políticos entre António Luís Gomes e o seu filho ou Homem Cristo que confessaria a intercessão de António José de Almeida para essa indigitação<sup>33</sup>.

Conquanto, mesmo que se procure avaliar estas escolhas como um meio da 1.<sup>a</sup> República salvaguardar os interesses nacionais em organismos públicos, que peso político deteriam dois jovens despolitizados como António Luís Gomes e Ferreira Nobre? Como consentir o ingresso a Teixeira Rego com meras habilitações liceais relativamente a outros candidatos e uma obra que começava a despertar as atenções? Ou mesmo como olvidar as acusações da presença de Mendes Correia, cujo silêncio na defesa da restauração da escola continua a surpreender, junto de Paiva Couceiro nesses dias da “Monarquia do Norte”? Por sua vez, as comissões de serviço para desempenho de cargos políticos cooperaram para o agravamento do absentismo destes professores<sup>34</sup>, Lúcio dos Santos jamais cumpriu um ano letivo completo em funções e Homem Cristo renunciou como deputado durante a sua altercação<sup>35</sup>, obrigando a uma polivalência de saberes entre professores para se substituírem entre si e prejudicando o ritmo dos trabalhos escolares como era noticiado e comentado pela cidade.

Por fim, uma certa manipulação política em favor da instituição, em particular, na forma como se conduziram as nomeações para o topo da carreira de Leonardo Coimbra e a dos decanos dos grupos de ensino, nestes habilmente excluindo do júri externo os mais que presumíveis arqui-inimigos conimbricenses. A tentativa de dissimular a “campanha Homem Cristo” numa perspetiva de calúnias e difamações pessoais, que acabaria embargada pela maioria dos governos no poder durante a 1.<sup>a</sup> República, aparentemente

---

<sup>33</sup> A escolha de Hernâni Cidade permanece ainda como uma incógnita, uma vez que nada se refere em concreto na imprensa da época, em escritos memorialísticos ou nas abordagens dos seus estudiosos. Uma forte possibilidade poderá ter sido a sua recomendação por Jaime Cortesão e Augusto Casimiro, camaradas dos tempos do Corpo Expedicionário Português, membros fundadores da “Renascença Portuguesa”.

<sup>34</sup> À parte de José de Bragança no ministério do Trabalho (1925), todas estas passagens por cargos governativos centraram-se no ministério da Instrução Pública. Leonardo Coimbra na segunda passagem como ministro e com Damião Peres como seu secretário (1922-1923), Ferreira Nobre no mesmo cargo durante o último mandato de seu pai (1922) e Newton de Macedo como chefe de gabinete de João Camoegas (1925).

<sup>35</sup> Lúcio dos Santos esteve ausente nas funções de deputado (1919-1922) e de diretor dos serviços de instrução do Estado da Índia (1922-1926), tendo apresentado atestado de doença e exilando-se no Brasil, após o desaire da “Revolta de Fevereiro de 1927”, altura em que Homem Cristo retomou a docência até à aposentação em 1930.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

nunca apreendido o seu real significado entre a opinião pública, como testemunhou Abel Salazar:

Parece realmente que se começa a estabelecer no público uma corrente contra certos factos universitários, que é um bom sintoma. A intromissão da política na vida universitária, as nomeações à matroca de professores, começam a causar reparo. O escândalo tremendo que rebentou na Faculdade de Letras (ver os últimos números do *D'Aveiro* e outros jornais) causaram uma grande impressão no público e na imprensa [...]. Seria um momento oportuno para obter a supressão da Faculdade de Letras e da célebre lei que a criou e recrutou. (Coimbra, 2006: 61)

Depois a concessão institucional dos graus de “doutor em Letras” à mudança dos ventos políticos, em vésperas e no imediato à *revolução de 28 de maio de 1926*, como forma de tentar certificar e defender as carreiras académicas destes professores; simbolizado também pelo afastamento estratégico de Leonardo de Coimbra na direção escolar para Damião Peres (1926-1930) e Pires Cardim (1930-1931), figuras de maior pendor cultural do que político, embora a maioria destes elementos acabe por se afastar gradualmente das lides políticas após o fracasso do movimento reviralthista ao qual deram o seu apoio inicial<sup>36</sup>. Não que com isto se queira negar o valor científico deste corpo docente e do seu labor na “Renascença Portuguesa” ou na insigne *História de Portugal: edição monumental*, idealizada e coordenada pelo segundo diretor com colaboração destes colegas nos seus primeiros volumes (1928-1954). Mas, talvez, o merecido reconhecimento dos seus pares tenha sido algo precoce para uma época em que a sua produção intelectual despontava...

As singularidades das carreiras académicas dos professores na 1.<sup>a</sup> FLUP terão influído profundamente nas políticas educativas para a Universidade em Portugal, após a década de 1920 e durante o Estado Novo, tanto num plano nacional como local. O primeiro por uma reconfiguração dos normativos para a profissionalização deste magistério nos sistemas educativos superior e universitário, passando-se de um austero controlo a uma ligeira flexibilização entre as versões do “Estatuto da Instrução

---

<sup>36</sup> Com destaque óbvio para Leonardo Coimbra, que se filia no Partido Republicano da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos (1925), mas também Lúcio dos Santos, Aarão de Lacerda, Francisco Newton de Macedo, Teixeira Rêgo e o próprio Hernâni Cidade. No espectro contrário, só Mendes Correia irá revelar-se um fervoroso apoiante do Estado Novo.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n<sup>o</sup> 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

Universitária” de 1926 e o de 1930, que vigorou até à *revolução democrática de 1974*. Por exemplo, da obrigatoriedade de provas públicas para a ascensão às cátedras ou do mero estatuto de contratado para individualidades fora dos meios universitários, restituiu-se o recrutamento por convite a estes últimos como professores catedráticos, desde que reconhecida a sua excelência demonstrada pelo seu *curriculum vitae*.

Já na U. Porto a realidade ulterior não foi tão benigna após este exemplo transitório da 1.<sup>a</sup> FLUP, com as vulnerabilidades no seu desenho institucional a alimentar uma imagem académica funesta, obstruindo os diversos pedidos do senado universitário e dos reitores para a sua restauração. As lacónicas respostas vindas do ministério da Educação Nacional desculpabilizavam-se com as circunstâncias a tal não o recomendarem, particularmente em termos financeiros, reconhecendo algumas resistências político-académicas a essa pretensão. Em especial, contrariadas por Amândio Tavares e o seu patrocínio à criação do Centro de Estudos Humanísticos, sob supervisão de Luís de Pina, em 1947, comprovando a importância do estudo universitário das ciências sociais e humanas e apaziguando antigas quezílias com a participação de antigos professores e alunos da extinta escola, dos professores das Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra, etc.

Invocações convenientemente branqueadas no preâmbulo da “criação” da (segunda) Faculdade de Letras em 1961<sup>37</sup>, sem uma única referência a esse complexo passado educativo dos últimos trinta anos, realçando antes o exemplo internacional de ampliação da formação humanística e as necessidades internas pela sua procura estudantil e da formação de professores para os ensinos secundário e técnico. Uma 2.<sup>a</sup> FLUP que se estreará desfalcada na sua oferta educativa – somente as licenciaturas em História e Filosofia e o curso de Ciências Pedagógicas – considerando “as dificuldades que oferece o recrutamento de pessoal docente para outros ensinos, bem demonstradas nas Faculdades de Coimbra e de Lisboa”.

Uma proposição que define uma clara distinção entre as duas Faculdades de Letras do Porto na constituição do seu quadro docente, circunscrito ao cumprimento escrupuloso da legislação universitária por via de concursos públicos para os futuros professores e até

---

<sup>37</sup> “Decreto n.º 43 864, de 17.08.1961”, *Diário do Governo*, I série, n.º 190.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

para os encarregados de curso, obrigando a protelar a sua abertura por um ano letivo. Plácito não inteiramente acolhido pelos discípulos sobreviventes e que a decisão do coetâneo Sant'Anna Dionísio em se apresentar a provas públicas perante um júri académico, para professor extraordinário de Ciências Pedagógicas em 1962, por muitos foi considerado um ultraje ao espírito de liberdade educativa em que tinham sido doutrinados. Axiomaticamente, a sua reprovação oficial consagrou para estes guardiões da memória a abjuração de qualquer vínculo magistral com a escola original, no que concerne à centenária história institucional da(s) Faculdade(s) de Letras do Porto.

### **Bibliografia:**

ALVES, Jorge Fernandes (2012), *A Universidade na República, a República na Universidade: a UP e a I República (1910-1926)*, Porto, U. Porto Edições.

ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco Miguel (2014), “(Primeira) Faculdade de Letras do Porto” in Maria Fernanda Rollo (ed.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo - Vol. 2*, Lisboa, Assembleia da República, pp. 11-14.

ARAÚJO, Francisco Miguel (2008), *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (re)criação á revolução*, Tese de Mestrado em História da Educação, Porto, Universidade do Porto.

ARAÚJO, Francisco Miguel (2015), “«Entrar pela janela em vez da porta!»: excecionalidades republicanas da 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto (1919-1931)” in Maria Fernanda Rollo & António Rafael Amaro (coord.), *República e Republicanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 411-419.

ARAÚJO, Francisco Miguel (2016), “A 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto na «campanha Homem Cristo»: o arauto de uma fatalidade prenunciada”, *História - Revista da FLUP*, IV Série, vol. 6, pp. 57-69.

ARAÚJO, Francisco Miguel (2017), “Urbano Canuto Soares (1894-1965): peripécias de uma carreira luso-brasileira” in Eliana Brites Rosa & Maria Emília Prado (org.), *Atas do XII Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*, Rio de Janeiro, Rede Sirius, pp. 1-20.

BAPTISTA, Pedro (2010), *A Pluralidade na Escola Portuense de Filosofia*, Lisboa, INCM.

BAPTISTA, Pedro (2012), *O milagre da Quinta Amarela*, Porto, U. Porto Edições.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9\_1a2

CARVALHO, Paulo Archer de (2015), *Uma autobiografia da razão: a matriz filosófica da historiografia da cultura de Joaquim de Carvalho*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

CIDADE, Hernâni (1962), “O singular concurso dos professores da extinta Faculdade de Letras do Pôrto”, *Pôrto Académico: no cinquentenário da fundação da Universidade do Porto e do Orfeão Académico*, p. 37.

COIMBRA, António (2006), *Abel Salazar: 96 cartas a Celestino da Costa*. Lisboa, Gradiva.

FAVA, Fernando Mendonça (2008), *Leonardo Coimbra e a I República*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

HOMEM, Armando de Carvalho (1991), “A história que nos fez e a história que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto”, *Revista de História – Centro de História da Universidade do Porto*, volume XI, pp. 227-240.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (2012), “Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto” in Vítor Neto (coord.), *República, Universidade e Academia*, Coimbra, Almedina, pp. 457-469.

PERES, Damião (1954), *História de Portugal: suplemento I*. Porto, Portucalense Editora.

PINA, Luís de (1966), “Faculdade de Letras do Porto (Breve História)”, *Cale: revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I, pp. 59-172.

RAMOS, Luís de Oliveira (2011), “A primitiva Faculdade de Letras do Porto e a Universidade de Coimbra”, *Revista Portuguesa de História*, t. XLII, pp. 95-108.

SANTOS, Alfredo Ribeiro dos (1990), *A Renascença Portuguesa: um movimento cultural portuense*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.

TORGAL, Luís Reis (2011), “A Faculdade de Letras de Coimbra. Uma escola universitária na República”, *Biblos*, vol. IX, pp. 33-69.

VILAÇA, José (1962), “Rápidas imagens daquele tempo”, *Pôrto Académico: no cinquentenário da fundação da Universidade do Porto e do Orfeão Académico*, pp. 25-26.